

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	252.631
Preferenciais	0
Total	252.631
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.372.647	1.067.530
1.01	Ativo Circulante	86.784	58.394
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.725	41.982
1.01.03	Contas a Receber	16.698	10.097
1.01.03.01	Clientes	15.883	9.459
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	815	638
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Ligadas	815	638
1.01.04	Estoques	3.872	242
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.506	4.346
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.506	4.346
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.592	1.288
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.391	439
1.02	Ativo Não Circulante	1.285.863	1.009.136
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.228	16.505
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	16.423	13.096
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	16.423	13.096
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.805	3.409
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.584	3.207
1.02.01.09.04	Outros Créditos	221	202
1.02.03	Imobilizado	3.566	2.561
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.566	2.561
1.02.04	Intangível	1.244.659	975.598
1.02.04.01	Intangíveis	1.244.659	975.598
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.244.659	975.598
1.02.05	Diferido	12.410	14.472

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.372.647	1.067.530
2.01	Passivo Circulante	177.838	136.484
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.479	5.539
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.479	5.539
2.01.02	Fornecedores	40.935	32.761
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	40.935	32.761
2.01.02.01.01	Fornecedores	28.791	22.865
2.01.02.01.02	Caução Contratual	12.144	9.896
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.794	3.484
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.067	1.785
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.727	1.699
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	56.911	24.542
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	27.801	24.600
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	27.801	24.600
2.01.04.02	Debêntures	29.110	-58
2.01.05	Outras Obrigações	55.155	55.594
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	30.453	22.883
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	24.172	9.219
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.281	13.664
2.01.05.02	Outros	24.702	32.711
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	2.742
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	769	729
2.01.05.02.05	Adiantamento de Seguros	22.947	29.009
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	986	231
2.01.06	Provisões	14.564	14.564
2.01.06.02	Outras Provisões	14.564	14.564
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	14.564	14.564
2.02	Passivo Não Circulante	856.909	671.814
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	450.084	425.894
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	450.084	399.167
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	450.084	399.167
2.02.01.02	Debêntures	0	26.727
2.02.02	Outras Obrigações	327.092	172.531
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	327.092	172.531
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	327.092	172.531
2.02.03	Tributos Diferidos	9.518	13.096
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.518	13.096
2.02.04	Provisões	70.215	60.293
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.005	445
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.005	445
2.02.04.02	Outras Provisões	69.210	59.848
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	46.700	38.924
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	22.510	20.924
2.03	Patrimônio Líquido	337.900	259.232
2.03.01	Capital Social Realizado	303.996	221.253
2.03.04	Reservas de Lucros	33.904	-252

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04.01	Reserva Legal	33.904	2.490
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	-2.742
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	38.231

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	161.342	433.585	116.435	316.630
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-137.940	-378.870	-101.510	-260.749
3.03	Resultado Bruto	23.402	54.715	14.925	55.881
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.138	-19.267	-5.532	-15.519
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.156	-19.299	-5.600	-15.874
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-6.599	-18.008	-5.188	-14.999
3.04.02.02	Remuneração da administração	-355	-1.040	-219	-649
3.04.02.03	Tributárias	-202	-251	-193	-226
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18	32	68	355
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.264	35.448	9.393	40.362
3.06	Resultado Financeiro	-16.533	-43.100	-8.660	-24.406
3.06.01	Receitas Financeiras	2.027	4.760	715	2.467
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.560	-47.860	-9.375	-26.873
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-269	-7.652	733	15.956
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	106	3.577	-471	-5.741
3.08.01	Corrente	0	0	1.474	-1.261
3.08.02	Diferido	106	3.577	-1.945	-4.480
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-163	-4.075	262	10.215
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-163	-4.075	262	10.215
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00073	0,01819	0,00137	0,05352
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00073	0,01819	0,00137	0,05352

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-163	-4.075	262	10.215
4.03	Resultado Abrangente do Período	-163	-4.075	262	10.215

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.994	31.192
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	73.358	43.481
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	22.719	14.238
6.01.01.02	Baixa de Ativos Imobilizados	6.024	-6
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição de Social Diferidos	-3.578	4.480
6.01.01.06	Resultado Financeiro de ajuste a valor presente	3.040	2.754
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Empréstimo	19.823	0
6.01.01.08	Juros e Variações Monet. de Empréstimo - Parte Relac.	25.330	22.015
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-44.289	-22.504
6.01.02.01	Contas a Receber	-6.601	-2.164
6.01.02.02	Estoques	-3.630	7
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-1.160	-2.032
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-5.960	-1.778
6.01.02.05	Outros Créditos	-4.970	-383
6.01.02.06	Fornecedores	5.469	-70
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	110	111
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	390	-135
6.01.02.09	Obrigações Sociais	940	1.327
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	720	2.559
6.01.02.11	Taxa de Fiscalização	40	43
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-4.774	361
6.01.02.13	Provisões para Manutenção em Rodovia	6.322	8.998
6.01.02.14	Juros Pagos	-26.368	-23.246
6.01.02.15	IRPJ e CSLL pagos	0	-3.355
6.01.02.18	Provisões para riscos civeis, trabalhistas e fiscais	560	254
6.01.02.19	Depósitos Judiciais	-5.377	-3.001
6.01.03	Outros	-4.075	10.215
6.01.03.01	Lucro ou Prejuízo do Período	-4.075	10.215
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-298.520	-178.882
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-1.320	-694
6.02.03	Aplicação Financeira Vinculadas	-3.327	4.821
6.02.04	Adições aos Investimentos	-293.873	-183.009
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	284.269	115.729
6.03.01	Captação de Empréstimo e Financiamentos	72.219	123.898
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-17.950	-8.169
6.03.03	Empréstimos com Partes Relacionadas	150.000	0
6.03.04	Aumento de Capital em Espécie	80.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.743	-31.961
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.982	59.259
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.725	27.298

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	221.253	0	37.979	0	0	259.232
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	221.253	0	37.979	0	0	259.232
5.04	Transações de Capital com os Sócios	82.743	0	0	0	0	82.743
5.04.01	Aumentos de Capital	82.743	0	0	0	0	82.743
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.075	0	-4.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.075	0	-4.075
5.07	Saldos Finais	303.996	0	37.979	-4.075	0	337.900

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	217.862	0	29.175	6.518	0	253.555
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	217.862	0	29.175	6.518	0	253.555
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.391	0	0	0	0	3.391
5.04.01	Aumentos de Capital	3.391	0	0	0	0	3.391
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.697	0	3.697
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.697	0	3.697
5.07	Saldos Finais	221.253	0	29.175	10.215	0	260.643

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	448.668	329.715
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	160.377	149.509
7.01.02	Outras Receitas	288.291	180.206
7.01.02.02	Custos dos Serviços de Construção	288.291	180.206
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-353.260	-241.526
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-32.720	-31.791
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.864	-10.884
7.02.04	Outros	-306.676	-198.851
7.03	Valor Adicionado Bruto	95.408	88.189
7.04	Retenções	-22.719	-14.238
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.719	-14.238
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	72.689	73.951
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.445	6.225
7.06.02	Receitas Financeiras	4.760	2.467
7.06.03	Outros	7.685	3.758
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	85.134	80.176
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	85.134	80.176
7.08.01	Pessoal	18.950	16.875
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.192	11.993
7.08.01.02	Benefícios	4.736	3.999
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.022	883
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.800	21.968
7.08.02.01	Federais	6.820	14.433
7.08.02.03	Municipais	7.980	7.535
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.129	24.484
7.08.03.01	Juros	18.197	15.496
7.08.03.02	Aluguéis	577	521
7.08.03.03	Outras	11.355	8.467
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	7.685	3.758
7.08.03.03.02	Outros	3.670	4.709
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-4.075	10.215
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-4.075	10.215
7.08.05	Outros	25.330	6.634
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	25.330	6.634

Comentário do Desempenho

**Autopista
Litoral Sul**

arteris

Joinville, 05 de novembro de 2014 – Autopista Litoral Sul S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2014 (3T14), período encerrado em 30 de setembro de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado: No 3T14 o tráfego pedagiado foi de R\$ 32.302 milhões de veículos equivalentes. Em relação ao 3T13 houve aumento do tráfego equivalente em 21,3%. Esse aumento é decorrente do melhor desempenho da economia nacional e do crescimento econômico-financeiro da região.

Receita Operacional Bruta: A Receita Operacional Bruta, excluindo o valor da Receita de Obras, foi de R\$ 58 milhões no 3T14, apresentando uma variação de 28,6% em relação ao 3T13. Essa variação deve-se ao reajuste tarifário que ocorreu em 22 de fevereiro de 2014, quando a tarifa básica passou de R\$ 1,70 para R\$ 1,80, essa redução deve-se pelo mesmo motivo acima.

Em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, as receitas de obras foram registradas na contabilidade, (conforme comentado nas notas explicativas) e tendo como contrapartida a conta custo dos serviços de construção de obras, ambas no mesmo valor, não causando impacto no resultado da companhia.

Custos e Despesas: Os Custos e Despesas, excluindo os custos de serviços de construção e a provisão para manutenção tiveram uma variação de 12,5% passando de R\$ 24,7 milhões em 2T13 para R\$ 27,7 milhões em 3T14, devido ao aumento dos custos das conservações rotineiras para cumprimento dos parâmetros exigidos contratualmente, além dos reajustes anuais dos respectivos contratos de prestação de serviços.

O custo dos serviços de construção, registrados em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas, tem como contrapartida a conta receita de obras, no mesmo valor, não impactando no resultado da Companhia.

EBITDA e EBITDA Ajustado: O EBITDA da Companhia passou de R\$ 14,2 milhões em 3T13 para R\$ 27,7 milhões em 4T14. Essa variação deve-se pelo aumento da receita conforme comentado no item acima. Para melhor representar a aplicação do ICPC01 foram demonstrados os ajustes efetuados no quadro EBITDA Ajustado, onde foram excluídos os valores que afetam o EBITDA da Companhia. Esses ajustes não influenciaram o fluxo de caixa da Companhia.

Resultado Financeiro: As despesas financeiras apresentaram uma variação de 90,9% em relação ao 3T14, devido a ajustes na provisão de obras futuras provenientes da revisão do cronograma de obras realizado em 2013, e por novas captações do contrato de financiamento junto ao BNDES.

Lucro Líquido: A Companhia obteve um prejuízo de R\$ 163 mil no 3T14. No mesmo período do ano anterior a empresa apresentou um lucro de R\$ 262 mil. Apesar do aumento da tarifa em função do seu reajuste anual o lucro líquido apresenta um decréscimo de 162,2% negativos em comparação 3T13. Os principais fatores que contribuíram para essa queda foram: a suspensão da arrecadação da praça de pedágio de Palhoça/SC (P5), aumento no valor depreciado, devido ao aumento das obras que entraram em operação no 3T14 e as demais variações já comentadas anteriormente.

Comentário do Desempenho

**Autopista
Litoral Sul**



Endividamento: A Autopista Litoral Sul encerrou o 3T14 com um endividamento líquido de R\$ 437,8 milhões contra R\$ 362,2 milhões no mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 75,6 milhões deve-se à captação de recursos junto ao BNDES através do financiamento de longo prazo.

Investimentos: Foram investidos até setembro de 2014, R\$ 295,2 milhões, em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se principalmente as seguintes obras: Execução de Passarelas sobre Pista Dupla, Implantação de Ruas Laterais, Implantação de terceiras faixas, Alargamento e Reforço de pontes ao longo da Rodovia, Recuperação de pavimentos e de sinistros.

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
Litoral Sul	32.302.178	26.620.222	26.602.376	21,3%	21,4%	87.445.670	89.319.863	-2,1%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
RECITA OPERACIONAL BRUTA	167.018	124.523	120.407	34,1%	38,7%	448.668	329.715	36,1%
Receitas de pedágio	58.172	47.929	45.239	21,4%	28,6%	155.767	147.923	5,3%
Receitas de obras	107.650	76.479	75.157	40,8%	43,2%	288.291	180.206	60,0%
Receitas acessórias	1.196	115	11	940,0%	10772,7%	4.610	1.586	190,7%
DEDUÇÕES DA RECITA	(5.676)	(4.460)	(3.972)	27,3%	42,9%	(15.083)	(13.085)	15,3%
RECITA OPERACIONAL LÍQUIDA	161.342	120.063	116.435	34,4%	38,6%	433.585	316.630	36,9%
CUSTOS E DESPESAS	(136.636)	(106.176)	(102.215)	28,7%	33,7%	(375.417)	(262.030)	43,3%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(20.839)	(21.240)	(19.349)	-1,9%	7,7%	(62.207)	(57.949)	7,3%
Custo dos serv. de construção	(107.650)	(76.479)	(75.157)	40,8%	43,2%	(288.291)	(180.206)	60,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(6.368)	(5.667)	(4.970)	12,4%	28,1%	(17.567)	(14.356)	22,4%
Remuneração da administração	(355)	(231)	(220)	53,7%	61,4%	(810)	(650)	24,6%
Despesas tributárias	(202)	(7)	(193)	2785,7%	4,7%	(251)	(226)	11,1%
Provisão para manutenção em rodovias	(1.240)	(2.561)	(2.394)	-51,6%	-48,2%	(6.323)	(8.998)	-29,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	18	9	68	100,0%	-73,5%	32	355	-91,0%
EBITDA	24.706	13.887	14.220	77,9%	73,7%	58.168	54.600	6,5%
Margem EBITDA	15,3%	11,6%	12,2%			13,4%	17,2%	
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(8.442)	(7.358)	(4.827)	14,7%	74,9%	(22.719)	(14.238)	59,6%
Depreciação de imobilizado	(231)	(218)	(217)	6,0%	6,5%	(671)	(642)	4,5%
Amortização do intangível	(7.524)	(6.453)	(3.923)	16,6%	91,8%	(19.987)	(11.535)	73,3%
Amortização do diferido	(687)	(687)	(687)	0,0%	0,0%	(2.061)	(2.061)	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(16.533)	(14.122)	(8.660)	17,1%	90,9%	(43.101)	(24.406)	76,6%
Receitas financeiras	2.027	1.470	715	37,9%	183,5%	4.760	2.467	92,9%
Despesas financeiras	(18.560)	(15.592)	(9.375)	19,0%	98,0%	(47.861)	(26.873)	78,1%
LUCRO ANTES DOS EBITOS TRIBUTÁRIOS	(269)	(7.593)	733	-96,5%	-136,7%	(7.652)	15.956	-148,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	106	3.264	(471)	-96,8%	-122,5%	3.577	(5.741)	-162,3%
Corrente	-	-	1.474	-	-	-	(1.261)	-
Diferido	106	3.264	(1.945)	-96,8%	-105,4%	3.577	(4.480)	-179,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(163)	(4.329)	262	-96,2%	-162,2%	(4.075)	10.215	-139,9%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
EBITDA¹	24.706	13.887	14.220	77,9%	73,7%	58.168	54.600	6,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.240	2.561	2.394	-51,6%	-48,2%	6.323	8.998	-29,7%
EBITDA Ajustado²	25.946	16.448	16.614	57,7%	56,2%	64.491	63.598	1,4%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Comentário do Desempenho



A Autopista Litoral Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont nº 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC - SP/PR, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de novembro de 2014.

2. CONCESSÕES

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424 na data-base da concessão. A partir de 30 de setembro de 2014 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$118.309 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2014, os montantes de R\$581.351 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$523.041 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de setembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	15.205	15.205
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>14.564</u>	<u>14.564</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>641</u>	<u>641</u>
 <u>Não circulantes</u>	 <u>30.06.2014</u>	 <u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	26.457	26.457
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>22.510</u>	<u>20.924</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>3.947</u>	<u>5.533</u>
 Provisão para manutenção em rodovias - real	 59.886	 49.443
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>46.700</u>	<u>38.924</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>13.186</u>	<u>10.519</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.476	2.293
Aplicações financeiras (*)	<u>51.249</u>	<u>39.689</u>
Total	<u>52.725</u>	<u>41.982</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundos de investimentos, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,5% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	13.359	8.652
Cupons de pedágio a receber	1.235	806
Receitas acessórias a receber	<u>1.289</u>	<u>1</u>
Total	<u>15.883</u>	<u>9.459</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo não circulante		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	25.929	-
Provisão de participação nos lucros	1.107	-
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	1.005	198
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c):		
Provisão para manutenção	46.700	38.924
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(105.051)	(78.380)
Ajuste dos encargos financeiros	2.208	633
Estorno de capitalização de juros	108	108
Base de cálculo	<u>(27.994)</u>	<u>(38.517)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(9.518)</u>	<u>(13.096)</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Passivo não circulante	
2015 (após setembro)	(95)
2016	(396)
2017	(412)
2018	(429)
Após 2019	<u>(8.186)</u>
	<u>(9.518)</u>

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2014 o saldo é de R\$16.423 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$13.096, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 100% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações		Computadores e Periféricos		Veículos		Instalações, Edifícios e Dependências		Máquinas e Equipamentos		Outras Imobilizações		Imobilizado em Andamento		Total
	Instalações	823	Periféricos	273	Veículos	70	Dependências	855	Equipamentos	407	Imobilizações	955	Andamento	196	
Custo do imobilizado															
Saldo em 31.12.2013	101	823	285	273	-	70	144	855	79	407	129	622	196	3.579	
Adições	1	101	-	285	-	-	-	144	(27)	79	(13)	622	(1)	1.360	(40)
Transferências / Reclassificações	-	1	-	-	(1)	-	(10)	-	-	(27)	(1)	(8)	(8)	(20)	
Alienações/baixas	-	-	-	-	(1)	(1)	(10)	-	-	-	(1)	(8)	(8)	(20)	
Saldo em 30.09.2014	925	823	558	273	69	69	989	989	459	459	1.070	809	809	4.879	
Depreciação acumulada															
Saldo em 31.12.2013	(329)	(329)	(134)	(134)	(58)	(58)	(65)	(65)	(42)	(42)	(390)	-	-	(1.018)	
Depreciações	(51)	(329)	(94)	(134)	(7)	(7)	(32)	(32)	(14)	(14)	(85)	-	-	(283)	
Transferências / Reclassificações	-	(51)	2	(94)	(1)	(1)	(2)	(2)	(12)	(12)	1	-	-	(12)	
Saldo em 30.09.2014	(380)	(380)	(226)	(134)	(66)	(66)	(99)	(99)	(68)	(68)	(474)	-	-	(1.313)	
Imobilizado															
Saldo em 31.12.2013	494	823	139	273	12	70	790	855	365	407	565	196	196	2.561	
Saldo em 30.09.2014	545	823	332	273	3	3	890	890	391	391	596	809	809	3.566	
Taxas de depreciação - %	9	45	20	100	20	4	13	13	12	12	16,67	-	-		

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2013	665.081	3.721	361.264	452	1.030.518
Adições	116.534	229	178.637	(13)	295.387
Transferências/Reclassificações	179.187	(11)	(179.136)		40
Alienações/baixas	(175)	-	(5.829)	-	(6.004)
Saldo em 30.09.2014	<u>960.627</u>	<u>3.939</u>	<u>354.936</u>	<u>439</u>	<u>1.319.941</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(52.386)	(2.534)	-	-	(54.920)
Amortizações	(20.003)	(371)	-	-	(20.374)
Transferências/Reclassificações	-	12	-	-	12
Saldo em 30.09.2014	<u>(72.389)</u>	<u>(2.893)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(75.282)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2013	612.695	1.187	361.264	452	975.598
Saldo em 30.09.2014	888.238	1.046	354.936	439	1.244.659
Taxas anuais de amortização - %	3,6	20	-	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

Notas Explicativas

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	<u>746</u>	<u>746</u>
	27.451	27.451
Amortização acumulada	<u>(15.041)</u>	<u>(12.979)</u>
	<u>12.410</u>	<u>14.472</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,32% a.a.	27.801	24.600
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,32% a.a.	450.084	399.167
	TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.		

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Em 30 de setembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas ExplicativasAno de vencimento

2015 (após setembro)	6.138
2016	31.609
2017	35.970
2018	38.820
Após 2019	<u>337.547</u>
	<u>450.084</u>

Em 30 de setembro de 2014 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

				30.09.2014		31.12.2013	
	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	2.610	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	29.151	-	-	26.756
Custo de transação				<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>(58)</u>	<u>(29)</u>
Total				<u>(29.110)</u>	<u>-</u>	<u>(58)</u>	<u>26.727</u>

(a) 1ª emissão de debêntures de 2.610 com valor real unitário de R\$10 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª Emissão	04.10.13	26.100	09.10.13	26.130

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

Notas Explicativas

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

14. FORNECEDORES

Em 30 de setembro de 2014, o saldo de R\$28.791 (R\$22.865 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas**15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas nos períodos, findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a receber:		
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (c)	-	496
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	640	142
Autopista Planalto Sul	<u>175</u>	<u>-</u>
Total	<u>815</u>	<u>638</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	459	693
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	4.342	12.971
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	<u>1.480</u>	<u>-</u>
	5.822	12.971
Mútuos:		
Arteris S.A. (e)	25.517	9.626
Custo na transação (d)	<u>(1.345)</u>	<u>(407)</u>
	<u>24172</u>	<u>9.219</u>
Dividendos propostos:		
Arteris S.A.	-	2.742
Total	<u>30.453</u>	<u>25.625</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Mútuos:		
Arteris S.A. (e)	328.866	173.227
Custo na transação (d)	<u>(1.774)</u>	<u>(696)</u>
	<u>327.092</u>	<u>172.531</u>
Total	<u>327.092</u>	<u>172.531</u>

Notas ExplicativasPeríodo de Nove Meses

Contas de Resultado:	<u>30.09.2014</u>		<u>Conservação da rodovia</u>	<u>30.09.2013</u>	
	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>		<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A. (a) (f)	25.330	2.342	-	6.634	696
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	22	-	-	-
Centrovias Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda.(c)	-	1	57	-	-
	-	-	<u>43</u>	-	-
Total	<u>25.330</u>	<u>2.365</u>	<u>100</u>	<u>6.634</u>	<u>696</u>

Trimestre

Contas de Resultado:	<u>30.09.2014</u>		<u>Conservação da rodovia</u>	<u>30.09.2013</u>	
	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>		<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A. (a) (f)	10.625	1.082	-	3.874	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	15	-	-	-
Centrovias Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda.(c)	-	-	16	-	-
	-	-	<u>41</u>	-	-
Total	<u>10.625</u>	<u>1.097</u>	<u>57</u>	<u>3.874</u>	

Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

- (a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) IOF sobre a transação de mútuo a ser apropriado pelo tempo do contrato.

Notas Explicativas

- (e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2014 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.09.2014	31.12.2013
04/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	4.000	2.439	1.998
17/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	5.000	3.048	2.498
29/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	2.000	1.219	999
06/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	4.877	3.997
27/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	6.000	3.658	2.998
05/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	10.000	6.097	4.996
28/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	10.000	6.097	4.996
05/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	5.000	3.048	2.498
19/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	17.000	10.364	8.493
10/06/2013	Junho de 2016	CDI + 1,700% a.a.	15.000	1.983	756
10/09/2013	Setembro de 2016	CDI + 1,700% a.a.	30.000	3.260	856
07/10/2013	Outubro de 2016	CDI + 1,700% a.a.	35.000	3.554	768
24/01/2014	Janeiro de 2017	CDI + 1,400% away.	40.000	2.766	-
06/03/2014	Março de 2017	CDI + 1,400% a.a.	25.000	1.455	-
01/04/2014	Abril de 2017	CDI + 1,400% a.a.	30.000	1.526	=
09/05/2014	Mai de 2017	CDI + 1,400% a.a.	35.000	1.418	=
20/06/2014	Junho de 2017	CDI + 1,400% a.a.	20.000	574	-
			<u>297.000</u>	<u>57.383</u>	<u>35.853</u>

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2014, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.040 (R\$649 em 30 de setembro de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.891 e R\$2.390.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em

Notas Explicativas

cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>30.09.2014</u>
Cíveis	386	530	916
Trabalhistas	<u>59</u>	<u>30</u>	<u>89</u>
Total	<u>445</u>	<u>560</u>	<u>1.005</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$8.090 e R\$79, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de setembro de 2014 (R\$209 e R\$77 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2013	14.564	38.924	20.924
Adições	-	6.322	-
Ajuste a valor presente	-	<u>1.454</u>	<u>1.586</u>
Saldos em 30.09.2014	<u>14.564</u>	<u>46.700</u>	<u>22.510</u>

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 30 de setembro de 2014 o saldo de R\$22.947 (R\$29.009 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a indenizações do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de setembro de 2014 é de R\$303.996 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$221.253. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de setembro de 2014, estão demonstradas a seguir:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>30.09.2014</u> Quantidade de ações integralizadas	<u>Participação - %</u>
Arteris S/A.	252.630.712	252.630.172	100%

Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 28 de julho de 2014, aumento de capital social, em dinheiro no valor de R\$20.000, passando o capital social a R\$ 243.996, dividido em 207.818.787 ações ordinárias, com a emissão de 14.947.613 novas ações.

Notas Explicativas

Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 18 de agosto de 2014, aumento de capital social, em dinheiro no valor de R\$60.000, passando o capital social a R\$ 303.996, dividido em 252.630.712 ações ordinárias, com a emissão de 44.811.925 novas ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	58.172	155.767	45.239	147.923
Receita de serviços de construção	107.650	288.291	75.157	180.206
Outras receitas	<u>1.196</u>	<u>4.610</u>	<u>11</u>	<u>1.586</u>
	<u>167.018</u>	<u>448.668</u>	<u>120.407</u>	<u>329.715</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	167.018	464.319	120.407	329.715
ISSQN	(2.957)	(7.980)	(2.319)	(7.535)
PIS	(398)	(1.089)	(294)	(988)
COFINS	(1.838)	(5.024)	(1.359)	(4.560)
Outras deduções	<u>(483)</u>	<u>(990)</u>		<u>(2)</u>
Receita líquida	<u>161.342</u>	<u>433.585</u>	<u>116.435</u>	<u>316.630</u>

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custo de construção	(107.650)	(288.291)	(75.157)	(180.206)
Com pessoal	(4.338)	(13.248)	(4.002)	(12.342)
Serviços de terceiros	(7.526)	(22.463)	(6.721)	(20.414)
Depreciação / amortização	(8.211)	(22.048)	(4.610)	(13.596)
Seguros / garantias	(963)	(2.806)	(750)	(1.927)
Conservação	(2.384)	(6.996)	(2.607)	(7.789)
Provisão de manutenção em rodovias	(1.240)	(6.322)	(2.394)	(8.998)
Taxa fiscalização	(2.307)	(6.851)	(2.187)	(6.486)
Outros	<u>(3.321)</u>	<u>(9.845)</u>	<u>(3.082)</u>	<u>(8.991)</u>
Total	<u>(137.940)</u>	<u>(378.869)</u>	<u>(101.510)</u>	<u>(260.749)</u>

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.716)	(7.896)	(2.532)	(6.765)
Serviços de terceiros	(1.397)	(3.293)	(1.150)	(3.945)
Depreciação / amortização	(231)	(671)	(217)	(642)
Consumo	(1.792)	(4.698)	(967)	(2.614)
Outros	<u>(463)</u>	<u>(1.450)</u>	<u>(322)</u>	<u>(1.033)</u>
Total	(6.599)	(18.008)	(5.188)	(14.999)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	<u>2.027</u>	<u>4.760</u>	<u>715</u>	<u>2.467</u>
Total receitas	<u>2.027</u>	<u>4.760</u>	<u>715</u>	<u>2.467</u>

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(17.171)	(43.527)	(8.274)	(22.130)
Ajuste a valor presente	(983)	(3.037)	(920)	(2.755)
Outras despesas	<u>(406)</u>	<u>(1.297)</u>	<u>(181)</u>	<u>(1.988)</u>
Total despesas	<u>(18.560)</u>	<u>(47.861)</u>	<u>(9.375)</u>	<u>(26.873)</u>

Notas Explicativas**22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(5.529)	(4.801)
Integralização de capital	2.742	3.391
Juros capitalizados	7.675	3.758

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos nove meses e trimestres findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(269)	(7.652)	733	15.956
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	91	2.602	(249)	(5.425)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	<u>15</u>	<u>976</u>	<u>(222)</u>	<u>(316)</u>
Despesa contabilizada	<u>106</u>	<u>3.578</u>	<u>(471)</u>	<u>(5.741)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	768	9.466	1.474	(1.261)
Diferidos	(874)	(5.888)	(1.945)	(4.480)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas Explicativas

Até a conclusão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta Lei, para o exercício de 2014.

24. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/Diluído</u>	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro (Prejuízo) do período	(163)	(4.075)	262	10.215
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>252.631</u>	<u>252.631</u>	<u>190.234</u>	<u>190.234</u>
Lucro (Prejuízo) por ação	<u>(0,00086)</u>	<u>(0,02144)</u>	<u>0,002</u>	<u>0,05</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de setembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Notas Explicativas

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detêm instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	52.725	41.982
Contas a receber	15.883	9.459
Aplicações financeiras	16.423	13.096
Partes relacionadas	815	638
Outras contas a receber	5.391	439
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	46.757	32.761
Empréstimos e financiamentos	477.885	423.767
Debêntures	29.110	26.669
Partes relacionadas	357.454	198.156
Taxa de fiscalização	769	729
Outras contas a pagar	40.509	29.240

Notas Explicativas

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	9,00%	18,00%
Juros a Incorrer(*)	(40.124)	(50.124)	(30.113)	(60.112)
Receita de aplicações Financeiras	8.202	10.252	6.151	12.303
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros a incorrer(*)	(24.103)	(30.129)	(18.077)	(36.154)
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(56.026)</u>	<u>(70.000)</u>	<u>(42.039)</u>	<u>(83.964)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$13.359 e R\$8.652, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

Notas Explicativas

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	2018 em diante	<u>Total</u>
Debêntures	11,19	29.110		-	-	-	29.110
BNDES Automático	8,00	<u>27.801</u>	<u>6.138</u>	<u>31.609</u>	<u>35.970</u>	<u>404.168</u>	<u>505.686</u>
Total		<u>56.911</u>	<u>6.138</u>	<u>31.609</u>	<u>35.970</u>	<u>404.168</u>	<u>506.995</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Notas Explicativas

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	106.548
(*) Por sinistro		

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

AUTOPISTA LITORAL SUL S/A

Informações trimestrais (ITR)

em 30 de setembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Litoral Sul S/A

Joinville - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Litoral Sul S/A (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 05 de novembro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1 – S - PR

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 124504/O-9 – S - PR

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 139268/O-6 – S - PR

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Joinville, 05 de novembro de 2014.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Inigo

Diretor Presidente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Paulo Mendes Castro

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes.

Joinville, 05 de novembro de 2014.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Inigo

Diretor Presidente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Paulo Mendes Castro

Diretor Superintendente